

Cabe à educação do futuro cuidar para que a idéia de unidade da espécie humana não apague a idéia de diversidade e que a da sua diversidade não apague a da unidade. É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades.

Edgar Morin.

Sheila Novais Rêgo
Universidade Estadual do Ceará
Cynthia Gindri Haigert
Universidade Estadual do Ceará
Isabel Maria Sabino de Farias
Universidade Estadual do Ceará

O início da história da educação no Brasil aconteceu por volta de 1549, no sistema de governo geral que substituiu o regime das capitanias hereditárias que então se revelara falido. O primeiro governador geral Tomé de Sousa introduz no território brasileiro os padres jesuítas chefiados por Manoel da Nóbrega, com a missão catequizar segundo a fé católica e instruir os nativos. Os padres jesuítas, com a Companhia de Jesus, foram oficialmente os primeiros educadores no Brasil. A história da educação no Brasil atravessou praticamente cinco séculos trazendo consigo diversos problemas, dentre eles, o descaso por parte daqueles que estão no poder. Não é à toa que a educação brasileira só vai ser reconhecida como direito social de todos e dever do Estado na segunda metade do século XX. É nesse contexto que trataremos para a história da educação brasileira uma breve discussão sobre a Educação Patrimonial dentro das escolas, com o objetivo de trabalhar a memória individual e coletiva do educando na descoberta da sua identidade cultural.

Falar de educação nos remete a questionamentos constantes sobre diversos discursos que norteiam essa área, bem como a valorização da memória individual e coletiva do educando, que muitas vezes é deixada à margem dentro da própria instituição escolar. Esse trabalho se traduz em uma educação mais voltada para a visão social do ser humano, por isso mesmo deve ser analisado com mais seriedade pelos que fazem a história educacional em nosso país.

Entendemos a educação como algo que está interligado diretamente com o universo social, cultural, econômico e político. Dessa forma, conceituar educação é muito complexo e extremamente relativo. Segundo Saviani (2003, p.4-5), existem duas posições para se conceituar o que se-

ria a educação. A primeira teria uma visão não-crítica a respeito desse princípio e a segunda baseia-se na criticidade.

A teoria não-crítica na visão do referido autor, entende a educação como sendo um instrumento de equalização social, ou seja, através de uma autonomia autoritária que buscaria meios de unificar a sociedade por intermédio do ensino institucionalizado. Essa teoria considera apenas a ação da educação sobre a sociedade e não os fenômenos sociais sobre a educação:

A educação emerge aí, como um instrumento de correção dessas distorções. Constitui, pois, uma força homogenizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social (SAVIANI, 2003, p.4).

Refletindo um pouco mais sobre essa visão de educação, esbarramos no pensamento de Durkheim (1978, p.16-24) e sua visão socialista da educação. Percebemos que o referido teórico defendia a idéia de que a educação seria um fenômeno social, pois a ação educativa seria formar um cidadão que tomará parte no espaço público, agindo diante da política, das leis, da religião e da moralidade. Para ele, a educação é um processo social de ação normativa, no qual a criança deverá assimilar conhecimentos através da maturidade e autoridade do professor que deverá ser bem preparado e ter o domínio das circunstâncias sociais. A criança então entrará num estágio de socialização e preparação para a vida, no que ele define como uma educação que prepara a criança para a moralidade, ou seja, os direitos e deveres perante à sociedade.

No entanto, no mundo em que vivemos, não compartilhamos com o ideal de sociedade defendida por Durkheim. Estamos numa sociedade cada vez mais acelerada marcada pela divisão de grupos ou classes diferentes que se relacionam principalmente através de forças antagônicas de produção do sistema capitalista.

É nesse contexto que retomamos o pensamento de Saviani, quando o mesmo comenta sobre a teoria crítica do conceito de educação, que se apresenta inversamente da anterior. Segundo ele, na teoria crítica, é a estrutura social e econômica que vai determinar a forma como a ação educativa deve se manifestar em sua história:

Todas as reformas escolares fracassaram, tornando cada vez mais evidente o papel que a escola desem-

penha: reproduzir a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista (SAVIANI, 2003. p.16).

Após analisar as teorias e pensamentos dos referidos teóricos e de outros aqui não citados, mas que não deixam de exercer sua importância no campo educacional, nos convencemos da forte relação de poder que a sociedade capitalista em que vivemos exerce na educação. Dessa forma, percebemos como é importante e até mesmo vital, trabalhar na escola a questão da memória individual e coletiva com a perspectiva de oportunizar aos alunos a descoberta de sua identidade cultural, visando com isso enriquecer o pensamento crítico e fundamentado desse aluno diante do contexto social.

É nesse sentido que defendemos a proposta da Educação Patrimonial como uma nova e importante visão no âmbito metodológico escolar. Segundo Maria de Lourdes Horta¹, o Patrimônio Cultural além de instrumento de motivação individual e coletiva na prática da cidadania e como diálogo enriquecedor entre as gerações é também uma fonte primária de conhecimento e aprendizado, a ser explorado na história da educação de crianças e adultos.

A memória coletiva é um fator de grande relevância numa sociedade, pois é nessa memória que se busca resposta para as perguntas feitas sobre a origem de cada povo, bem como sua identidade cultural. Segundo Jacques Le Goff (2003, p.419), a memória conserva certas informações e possui inicialmente um conjunto de funções psíquicas, em que o homem pode atualizar impressões ou informações passadas.

Na memória, ocorrem negociações que, através de crenças, valores, rituais e instituições, embutidas na própria sociedade, se transformam numa relação de forças antagônicas e de poder que decidem o que deve ou não ser preservado. Percebemos que tal fato ocorre mais frequentemente na memória social:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 2003, p.422).

Ao se trabalhar o patrimônio cultural como fonte de conhecimento, trabalha-se paralelamente a memória, seja

ela individual ou coletiva. A memória é tida como um fenômeno psicológico individual e social, que varia em função da presença ou da ausência de algo resguardado.

Desde os anos de 1930, quando foi criado no Brasil o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a discussão nesse campo passou a não ser ocupada apenas por arquitetos ou artistas da área, mas também por teóricos da cultura, reconhecendo que o patrimônio cultural não está restrito apenas às edificações arquitetônicas tombadas, mas numa visão muito mais ampla a seu respeito. Pode ser dito, com efeito, que arquivos, objetos, documentos, pinturas, esculturas, músicas, enfim, diversos bens tangíveis e intangíveis são considerados patrimônio cultural, como completa Gonçalves:

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em 'patrimônio'. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de 'representação', que funda a memória e a identidade. (...) Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público (Gonçalves, 2002, p.121-122).

O Patrimônio histórico, em forma de monumentos, é símbolo que ocupa os espaços públicos, um verdadeiro legado à memória coletiva. Segundo Le Goff, o patrimônio como monumento, é tudo de belo que enche os olhos de riqueza cultural e histórica. O patrimônio se mostra ainda como uma fonte documental importante no estudo de determinados assuntos sociais:

O patrimônio Histórico, por ser uma produção cultural, encerra em si características que favorecem, facilitam a relação de ensino/aprendizagem por parte de quem o utiliza, por parte daqueles que o usam como fonte documental para obtenção de conhecimentos a respeito de uma determinada época, de determinadas condições socio-econômicas de produção de determinado bem, das relações de poder. Nestes locais, podemos encontrar os esquecimen-

tos, os lapsos de memória, que não circunstanciais, mas obrigatórios, abrigam determinadas posições, mais uma vez, encobrem variadas disputas (Oliveira, 2002, CD-ROM).

Diante dos estudos desenvolvidos e aqui relatados, insistimos que a Educação Patrimonial se apresenta como uma forma de metodologia bastante viável no campo educacional, principalmente no que diz respeito à formação da identidade cultural e social do educando dentro e fora do ambiente escolar.

Apesar da notável importância dessa nova visão metodológica na área educacional, a sua prática ainda é bastante restrita, geralmente o que ocorre são projetos isolados em forma de experiências piloto sem muita continuidade e pouca profundidade temporal (HAIGERT, 2003). No entanto, percebemos que se houvesse um maior retorno social às comunidades por parte das instituições ligadas direta ou indiretamente à educação, haveria uma maior valorização da memória individual e social. Assim sendo, a Educação Patrimonial tomaria dimensões bem maiores não só na escola, mas de forma a se estender à comunidade em geral, neste último, com o objetivo mais voltado para a questão da preservação do patrimônio em si.

Segundo Cynthia Haigert², os programas sobre Educação Patrimonial, estão se destacando no âmbito educacional, em vários países da América Latina, onde ocorrem encontros e debates sobre o tema.

No Brasil, as propostas sobre Educação Patrimonial ainda acontecem de forma tímida, segmentada e descontínua. Na maioria dos casos fazem parte de educação ambiental, patrocinada por biólogos ou em áreas de preservação como estudo histórico. Em contrapartida, existem vários projetos nacionais que se mostram bastante interessantes, dentre eles, o do Museu Imperial do Rio de Janeiro, que desenvolve uma metodologia específica voltada para o trabalho educacional em museus e monumentos históricos. Aqui em Fortaleza, no Museu do Ceará, está sendo oferecido aos alunos universitários e professores em geral, oficinas educacionais, onde são apresentadas as diversas formas de trabalhar o museu como instrumento de ensino.

A metodologia da Educação Patrimonial adequada para a escola é uma proposta nova e tem como objetivo despertar no aluno a curiosidade em estudar um objeto concreto e através dele descobrir diversas informações de caráter social e cultural, enfatizando sempre a importância da conservação da memória individual e coletiva no processo de formação da identidade social:

A melhor forma de conservar a memória é lembrá-la. A melhor forma de contar a História é pensá-la. A melhor forma de assegurar a identidade é mantê-la. Tudo isso se faz através da educação, e educar para a preservação, conservação e valorização cultural é denominado de Educação Patrimonial (SOARES, 2003, p. 25).

A professora Isabel de Farias³, em seu livro, *Inovação, mudança e Cultura Docente* (2006), abre uma discussão interessante no que diz respeito às inovações no âmbito educacional, enfatizando a postura dos professores em relação ao assunto em questão:

Os docentes compreendem a inovação como um processo no qual intenção e prática se confrontam e se redimensionam mutuamente. Os professores também percebem que não se trata apenas de introduzir coisas novas que antes não faziam parte da vida da escola. Não é apenas isso que impulsiona a mudança, via de regra associada à melhoria. Eles sinalizam que há uma relação a ser estabelecida entre inovação e as pessoas que lidam diretamente com ela, para que esta possa se desenvolver na direção projetada (FARIAS, 2006, p. 131.).

Com base na análise de Isabel, percebemos toda uma preocupação por parte do corpo docente no que diz respeito às inovações no campo da prática pedagógica. Na realidade o que causa temor aos professores não é exatamente a nova metodologia a ser introduzida na escola, mas o modo como ela será implantada. Essa é uma questão que levanta diversos problemas, dentre eles, a estrutura curricular e econômica em que esses profissionais se encontram:

Os professores enxergam a introdução de inovação na escola como algo que busca a mudança, que visa à melhoria, precisando de seu apoio para ser desenvolvida nessa direção. Nesse sentido, ressaltam a importância das condições de trabalho para que possam atuar eficazmente (FARIAS, 2006, p.131).

Na visão da autora, é necessário ressaltar esses aspectos, pois fatores, como falta de tempo curricular, que prepara os professores, a falta de incentivo e cooperação entre os próprios professores e o pouco apoio por parte das instituições educacionais, atrapalham a ação profissional dos

mesmos frente às inovações metodológicas na educação. Além do que, mudar ou inovar, não é tarefa fácil e muito menos confortável, pois requer capacidades intelectuais e emocionais, que se apresentam como as duas dimensões que constitui a mudança. O professor precisa conhecer a nova proposta a ser implantada na escola e seus princípios fundamentais, para poder transformá-la em atividades de aprendizagem.

Apesar de tantos entraves e dificuldades que a inovação causa em qualquer campo e em particular na educação, acreditamos que é possível fazer essa mudança. Na prática profissional, o processo de diálogo com a situação deixa transparecer aspectos ocultos da realidade divergente e cria novos marcos de referência, novas formas e perspectivas de perceber e reagir. A criação e construção de uma nova realidade obrigam a ir além das regras, fatos, teorias e procedimentos conhecidos e disponíveis, o que implica um processo de reflexão na ação.

A sabedoria do professor em lidar com os mais diversos problemas que surgem no dia a dia do universo escolar é outro fator interessante e que deve ser ressaltado, pois esse “jogo de cintura”, que lhe é peculiar é imprescindível no processo de ensino e aprendizagem, como relata Mary Louise Holly, sobre a importância do professor na luta por uma melhor educação:

Quando incidem sobre dilemas do seu processo de ensino, muitas vezes sobre problemas de aprendizagem das crianças, tentam, primeiramente, alterar as suas técnicas e métodos de ensino. Quando estes, ou não resolvem os problemas identificados ou levam os professores a explorar problemas diferentes, de que não tinham tomado conhecimento antes, os professores enfrentam sentimentos desconfortáveis de ambivalência, quando começam a explorar as suas raízes no passado, tal como no presente. Muitas vezes, as suas teorias prévias de ensino e aprendizagem já não parecem ter resultados satisfatório na prática. Concomitantemente, começam a encontrar inconsistências e contradições na prática. Quando investigam o significado do ensino, dão início à tarefa árdua, tonificante e reconstituente, de se localizarem a si próprios e aos seus alunos em contextos sociais, históricos e políticos mais latos (HOLLY IN NÓVOA, 2000, p.90).

Oportunamente, ressaltamos que este trabalho visa despertar no leitor e nas demais pessoas que estejam de

alguma forma interligadas ao meio educacional, um sentimento de sensibilidade em relação ao assunto da Educação Patrimonial como algo importante na história da educação e que busca construir através de sua metodologia, meios para que o aluno possa descobrir a sua identidade cultural no meio social:

As pegadas daqueles que construíram o cotidiano do tempo que se passou são novamente repisadas pelos que fazem as trilhas do hoje, mas estas pegadas dos seres humanos do presente são marcadas pelos condicionantes de seu tempo e os sonhos de um amanhã; são construções e reconstruções das ações humanas engendradas pela relação que o ontem, o hoje e o amanhã proporcionaram e nos fazem viver o presente, construindo o dia seguinte (MAGALHÃES JUNIOR, 2003, p.33).

Como já dizia Paulo Freire (1996), devemos sempre estar disponíveis e aceitar o novo no sentido de construir uma educação mais democrática. Dessa forma, esperamos que a Educação Patrimonial seja vista com mais seriedade não só pela comunidade escolar mas pela sociedade em geral.

Referências Bibliográficas

- DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. 11ª. Ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1978.
- FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Inovação, mudança e cultura docente**. Brasília: Liber Livro, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “**Monumentalidade e cotidiano: Os patrimônios culturais como gênero do discurso**” IN OLIVEIRA, Lucia Lipp (org.). Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- HAIGERT, Cynthia Gindri IN SOARES, André Luis R.(org.). **Educação Patrimonial: Relatos e experiências**. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2003.
- HOLLY, Mary Louise IN NOVOA, Antonio (org.). **Vidas de Professores** Porto-Portugal : Porto editora, 2000.
- HORTA, Maria de Lourdes Pereira. “Fundamentos da Educação Patrimonial” IN.: **Revista da Faculdade Porto Alegre de Educação, Ciências e Letras**. Porto Alegre, RS, 2000.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed.. Campinas, São PauloP: UNICAMP, 2003.

MAGALHÃES Júnior, Antonio Germano e VASCONCELOS, José Gerardo (orgs.). **Linguagens da história**. Fortaleza, Ceará: Imprece, 2003. (Coleção diálogos Intempestivos).

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico – Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico**. Recife, Pe: UFP, 2002p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife- Pe, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 36^a. ed. Campinas, São Paulo:Autores Associados, 2003.

NOTAS

¹ Museóloga, Doutora em museologia pela Universidade de Leicester, UK. Diretora do Museu Imperial, IPHAN, Ministério da Cultura.

² Cynthia Gindri Haigert, licenciada em História e aluna do programa de pós-Graduação do MILA.

³ Isabel Maria Sabino de Farias, licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará; doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará; professora adjunta da UECE e participante do grupo de pesquisa “Política Educacional, Docência e Memória”.